

2017-09-19 18:58:52

<http://justnews.pt/noticias/hospitais-da-periferia-precisam-de-mais-imunoalergologistas>



«Hospitais da periferia precisam de mais imunoalergologistas»

A Imunoalergologia tem crescido de forma significativa nos últimos anos, mas ainda falta criar e colocar em prática a Rede de Referência Hospitalar de Imunoalergologia, segundo Elisa Pedro, presidente da Sociedade Portuguesa de Alergologia e Imunologia Clínica (SPAIC).

Em entrevista à Just News, que pode ser lida no [Hospital Público](#), a especialista do Centro Hospitalar Lisboa Norte afirma que, “na sociedade atual, para se dar uma resposta adequada ao aumento do número de pessoas com patologia alérgica, é fundamental que haja serviços de Imunoalergologia de proximidade”.

"é tempo de dar a devida atenção ao imunoalergologista"

Na sua opinião, não há qualquer dívida de que nos últimos anos se tem apostado mais na contratação de profissionais nas unidades hospitalares mais periféricas, "mas não são ainda em quantidade suficiente".

“Há bons profissionais, mas sem uma equipa com vários especialistas não é possível dar uma resposta adequada a todas as situações”, considera Elisa Pedro, que acrescenta: “Cerca de 30% da população sofre de alergias, uma em cada quatro crianças é alérgica, logo é tempo de dar a devida atenção ao trabalho do imunoalergologista.”

A dificuldade na criação de serviços de Imunoalergologia nas unidades hospitalares localizadas fora das principais cidades não tem consequências apenas para os utentes – que são obrigados a deslocar-se, por vezes, a grandes centros urbanos para tratamento –, mas também para os serviços dos hospitais mais diferenciados, que acabam por "ficar sem capacidade de resposta".

“Só os casos mais graves deveriam ser referenciados, os restantes poderiam ser tratados e vigiados na proximidade do seu local de residência”, observa.

A responsável realça, ainda, que a criação da Rede de Referência Hospitalar de Imunoalergologia permitirá uma cobertura de cuidados nesta área por todo o País, com a consequente “redução dos custos com exames de diagnóstico prescritos sem critérios clínicos e científicos; a diminuição da morbilidade das doenças alérgicas, com um menor recurso às urgências e ao internamento; menos mortalidade, nomeadamente, na alergia a himenópteros; em suma, custos diretos e indiretos inferiores”.



Elisa Pedro apresenta mesmo o exemplo de Santa Maria, no qual foram criados protocolos e parcerias entre várias especialidades dentro do hospital, com o objetivo de dar uma resposta rápida aos doentes alérgicos.

“Num centro hospitalar com esta dimensão, a patologia alérgica tem uma prevalência significativa, o que faz com que quase todos os dias sejam identificados doentes que necessitam do apoio da especialidade. Vejam-se as reações a medicamentos de primeira linha utilizados em Oncologia e ao ácido acetilsalicílico, na Cardiologia, em situações de cardiopatia isquémica com história de alergia”, exemplifica.

Medicamentos biológicos e asma grave

A gestão e tratamento da doença alérgica grave também tem evoluído nos últimos anos nos hospitais portugueses, como é o caso da asma alérgica grave e da urticária crónica espontânea grave.

Como refere Elisa Pedro, um dos passos mais importantes na Imunoalergologia foi a criação dos hospitais de dia da especialidade, onde é possível realizar exames de diagnóstico que envolvem maior risco e tratamentos hospitalares sem necessidade de internamento.

Outro avanço foi a criação de consultas específicas e o surgimento de novas terapêuticas, com os medicamentos biológicos. “O seu aparecimento veio revolucionar o tratamento de diversas patologias imunomediadas, como a asma grave e a urticária crónica”, sublinha. De administração subcutânea, “são extremamente eficazes quando indicados”.



A médica indica que “uma das suas principais vantagens, nomeadamente na asma grave, é o facto de não se ter de optar por corticosteroides sistémicos por tempo prolongado, os quais podem levar a outras patologias, como diabetes, hipertensão, problemas musculoesqueléticos ou atrasos de crescimento nas crianças, entre outros”.

Apesar dos problemas que surgiram em tempos no acesso a determinados medicamentos biológicos, Elisa Pedro garante que os doentes não têm tido, nesse aspeto, quaisquer dificuldades.

O mesmo não acontece com as vacinas antialérgicas que, no seu entender, deveriam voltar a ter comparticipação do Estado. “São fundamentais no controlo da doença, na diminuição dos sintomas, na melhoria da qualidade de vida e na prevenção da asma, nomeadamente a grave”, ressalva.

Na sua opinião, o Estado deveria apostar nesta área, já que, atualmente, apenas as pessoas que têm algum subsistema de saúde conseguem ter acesso às vacinas. “Cada uma custa mais de 100 euros, logo, como são precisas, em média, duas doses por ano, durante 3 a 4 anos, há muitos utentes que não fazem o tratamento, com todas as consequências negativas que daí advêm”, menciona.



O impacto da alergia na qualidade de vida

O tema da próxima Reunião Anual da SPAIC é “[Alergia e Qualidade de Vida](#)”. Elisa Pedro explica o porquê desta temática:

“É atual, tendo em conta o aumento global das doenças alérgicas nos últimos anos – estima-se que afetem cerca de um terço da população em Portugal –, além de que o conceito de qualidade de vida está relacionado com a saúde, o que envolve múltiplos aspetos da vida do doente, como físicos, psicológicos e sociais.”

Os vários palestrantes vão dar a conhecer, durante o congresso, o estado da arte da Imunoalergologia, mas

também irão abordar a importância da avaliação da qualidade de vida na prática clínica, através de questionários validados. “São essenciais para se ter planos individuais de prevenção e controlo das patologias alérgicas, reduzindo-se os custos sociais e económicos e indo mais facilmente ao encontro das necessidades das pessoas”, realça a presidente da SPAIC.

